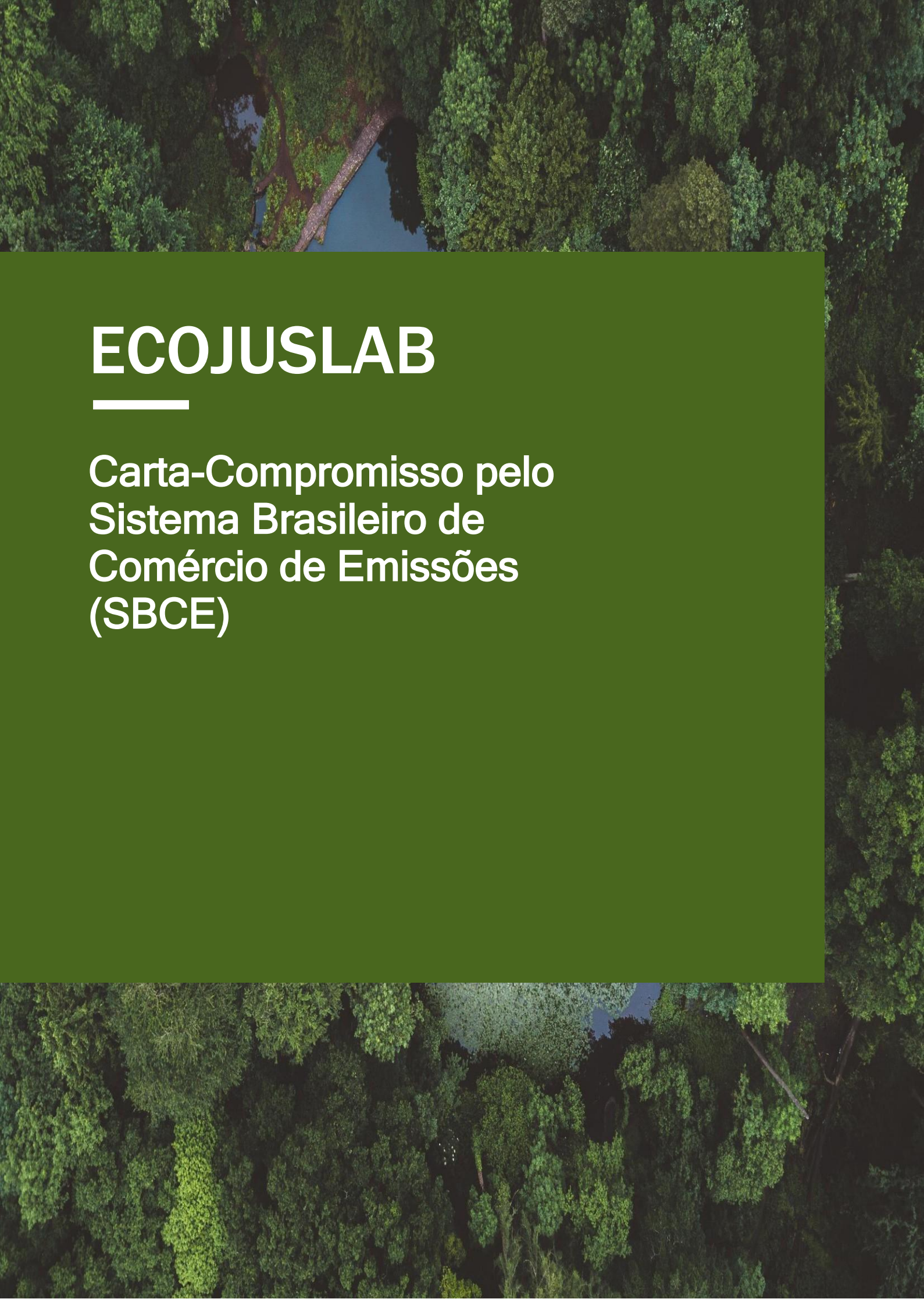




ECOJUSLAB

**Carta-Compromisso pelo
Sistema Brasileiro de
Comércio de Emissões
(SBCE)**

O Brasil atravessa um momento decisivo para a consolidação do mercado regulado de carbono. Com a instituição do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões — SBCE, iniciou-se um processo de implementação gradual que deverá transformar, ao longo dos próximos anos, a forma como diferentes setores da economia monitoram, relatam e gerenciam suas emissões de gases de efeito estufa.

O **EcoJusLab — Laboratório de Direito Ambiental Econômico da Faculdade de Direito da UFMG**, instituição de pesquisa dedicada ao estudo da regulação jurídica da transição ecológica, apresenta esta **Carta-Compromisso pelo Mercado Brasileiro de Carbono**, dirigida aos candidatos e candidatas à Presidência da República nas eleições de 2026.

A implementação do SBCE ultrapassa o horizonte de um único governo. O sistema foi concebido para ser construído progressivamente, por meio de etapas sucessivas e interdependentes, que vão da regulamentação e estruturação institucional à implantação dos instrumentos de monitoramento, relato e verificação, à definição do Plano Nacional de Alocação e, posteriormente, ao pleno funcionamento do mercado. O próprio roteiro de implementação reconhece que o avanço das etapas posteriores depende da conclusão adequada e tempestiva das etapas anteriores.

Por essa razão, entendemos que a implementação do SBCE deve transcender diferenças político-partidárias e ser conduzida como uma agenda de Estado. No âmbito do mercado de carbono, previsibilidade regulatória e segurança jurídica são condições para a realização de investimentos e para a competitividade da economia brasileira.

É nesse espírito que propomos aos candidatos e candidatas à Presidência da República a adoção de dois compromissos fundamentais.

Primeiro Compromisso – Continuidade da implementação do SBCE

Comprometer-se com a continuidade do processo de implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, preservando a lógica e a sequência do processo regulatório e institucional já em curso e evitando sua interrupção ou reinício.

O SBCE foi concebido como um sistema de implementação gradual e encadeada. Seu roadmap organiza uma sequência de atividades que envolve regulamentação, governança, infraestrutura de monitoramento e relato, definição das entidades reguladas, elaboração do Plano Nacional de Alocação, distribuição das cotas de

emissão e desenvolvimento do mercado. O avanço do sistema depende, portanto, da conclusão adequada das atividades desenvolvidas nas fases anteriores. Aperfeiçoamentos são naturais ao longo desse processo, mas devem preservar a coerência do caminho já construído, evitando sua interrupção ou a reabertura ampla de definições técnicas e institucionais já consolidadas.

Segundo Compromisso - Previsibilidade para a entrada em operação do SBCE

Comprometer-se com a preservação, em seus elementos essenciais, dos horizontes temporais previstos para a entrada progressiva em operação do SBCE, evitando postergações substanciais que comprometam a previsibilidade necessária aos agentes econômicos.

O roadmap estabelece horizontes temporais para a entrada progressiva em funcionamento dos diferentes componentes do SBCE. Embora ajustes pontuais possam ser necessários e o próprio roteiro seja concebido como instrumento dinâmico, é importante que os agentes econômicos tenham uma perspectiva suficientemente clara sobre quando o sistema avançará para suas etapas operacionais. Alterações substanciais nesses horizontes podem afetar decisões empresariais, investimentos em sistemas de monitoramento, estratégias de descarbonização e a preparação dos setores sujeitos à nova regulação.

Um compromisso com a estabilidade institucional

A construção de um mercado regulado de carbono exige tempo, capacidade institucional e confiança. Os próximos anos serão determinantes para que o SBCE deixe de ser apenas um marco legislativo e se transforme em uma instituição econômica efetivamente operacional.

Mudanças substanciais no processo de implementação ou nos horizontes temporais previstos podem enfraquecer a confiança dos agentes econômicos na continuidade e na previsibilidade do SBCE, dificultando decisões de longo prazo. Mais do que preservar um determinado desenho administrativo, trata-se de reforçar a confiança na capacidade do Brasil de implementar, de maneira consistente, uma política pública aprovada pelo Congresso Nacional e construída progressivamente por suas instituições.

Por isso, convidamos os candidatos e candidatas à Presidência da República a assumir publicamente estes dois compromissos com a continuidade, a previsibilidade e a segurança jurídica na implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões.